

# A Constituinte

# O PFL quer o acordo. Onde está o PMDB?

A tese da soberania da Constituinte continua dividindo os dois partidos. E já não parece tão simples manter a Aliança Democrática.

O PFL não acertou ainda nenhum acordo com o PMDB em torno do regimento interno da Constituinte. E não foi por falta de interesse do partido, na opinião do líder dos frentistas deputado José Lourenço: foi por falta de interlocutores. "O acordo está nas praias, nas serras, ou onde estiver o PMDB", ironizou Lourenço, ontem, com autoridade de quem não deixou seu posto em Brasília. "Eu estou aqui para conversar, mas não há ninguém do PMDB", denunciou. "Tudo que estamos fazendo aqui é exercício de imaginação para dar notícia aos jornais."

A votação do regimento interno está sendo esperada para a próxima terça-feira, mas o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, desconfia que essa data possa ser alterada. "Nada indica que os entendimentos estejam sacramentados e que não surjam novos problemas", disse ele. E advertiu que os prazos estipulados para a elaboração da nova Constituição podem ser sensivelmente dilatados: "Não haverá surpresa se, em setembro, ao invés da promulgação da nova Constituição, se consiga votar seu regimento interno".

Passarinho não esconde que o PDS está descontente com o tempo estipulado para as comunicações de liderança — três minutos. Lembrou ainda que qualquer acordo em torno do regimento deverá ser muito preciso, para que a Constituinte "não exorite de suas prerrogativas específicas e termine, entre outras violências, reduzindo o mandato do presidente da República". Passarinho insiste que o mandato deve ser de seis anos — e somente poderia ser encurtado com a prévia concordância do presidente Sarney: "Sem isso estaria configurado um golpe de Estado. Um golpe branco, dado

pelo Congresso, mas ainda assim um golpe".

**Confronto**

O PFL insiste que quer fazer acordo com o PMDB, embora imponha algumas restrições. "Nós damos um boi para não brigar, mas damos uma boiada para não sair da briga", sustentou ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. "Queremos o acordo, sim, mas temos um limite para a transigência." O que Chiarelli quis dizer é que não aceita a tentativa de "grupos minoritários, mas ruidosos" do PMDB de transformar a Constituinte num superpoder para alterar a atual Constituição. Além disso, Chiarelli não admite a tese de que a Constituinte possa decretar o recesso da Câmara e do Senado, sob o argumento de que é prioritária.

Desse jeito, o senador José Fogaça (PMDB-RS) acredita que não há mais condições de um entendimento com o PFL. "Vamos mesmo para um confronto na votação do regimento interno", decretou ele ontem. "O PFL resolveu criar problemas em todos os pontos." Para Fogaça, o poder para alterar a atual Constituição é um pressuposto da soberania da Constituinte. O PFL, contudo, insiste que a tese da soberania tem a intenção de reduzir o mandato presidencial com a convocação de eleições diretas ainda para este ano.

"Isso é um jogo mesquinho, escuso e baixo do PFL", classificou ontem José Fogaça. "O PFL, que perdeu apoio social, optou pelo caminho da intriga: quer jogar o presidente Sarney contra o PMDB e o PMDB contra o presidente", prosseguiu. "É totalmente infundado supor que o PMDB poderá apoiar a convocação de eleições diretas este ano. No partido, o mínimo que se admite é um mandato de quatro anos."



Mas as divergências não se resumem apenas na troca de acusações entre PFL e PMDB. No próprio PMDB as discussões são tantas que levam o senador João Paulo Bisol (PMDB-RS) a prever uma "fratura" inevitável, com progressistas de um lado e conservadores do outro. Bisol admite que as esquerdas do PMDB estão próximas ideologicamente das posições do PT. "Eu, pessoalmente, não tenho receio de dizer que me identifico muito com a ideologia do PT", confessa.

Para o senador gaúcho, os conservadores não querem uma Constituinte soberana, mas apenas "uma regulamentação constitucional". "A Constituinte deve ter poderes para modificar a atual Constituição. Do contrário,

seria aceitar um poder constituído sobrepor-se à Assembléia Constituinte."

**Ruptura**

Essa caminhada para o inevitável racha dentro do PMDB mereceu ontem um alerta do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA). "Ou o nosso partido mostra que tem mais de 50% dos votos na Constituinte e no Congresso, ou assistiremos passivamente ao nosso fracasso e o PFL tirando proveito dele", advertiu. "O PFL, com o apoio de pessoas de fora do Congresso, tem jogado na divisão do PMDB e tem tido sucesso. Com isso, os frentistas têm conseguido espaço político que não conquistaram nas últimas eleições".

Essa troca de acusações está sendo vista com receio pela comissão de acompanhamento da Constituinte formada pela CNBB. "Será muito difícil qualquer acordo que evite a ruptura total entre PMDB e PFL", avalia a entidade num boletim divulgado ontem. "O PMDB foi longe demais em seu desejo de autonomia e, agora, se houver acordo com PFL pela direita, poderá haver dificuldades com os progressistas do PMDB, pela esquerda."

A CNBB aponta o que causou a primeira trinca na Aliança Democrática. "A Constituinte, dizendo que votará o que achar importante, chama para si uma parte do poder que durante os últimos 25 anos concentrou-se inteiramente no Executivo. Obviamente, todos aqueles que assentam suas posições de prestígio e defesa de seus interesses num sistema baseado na hipertrofia do Executivo sentem-se ameaçados." De qualquer forma, a CNBB está atenta para o que chama de "segunda batalha desta guerra", marcada para esta terça-feira, que a entidade não acredita que poderá trazer um resultado definitivo — "mas fixará parâmetros

muito claros para o futuro da Constituinte".

**União**

Para que a Aliança Democrática saia ileso desse episódio, o presidente Sarney decidiu dividir as tarefas: o líder do governo, Carlos Sant'Anna, fica com a missão de unir o PMDB, manter sua identidade, e Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte e do partido, fica responsável pelo encaminhamento do acordo para definição do que deve ser a soberania da Assembléia.

Foi o próprio Sant'Anna quem apresentou ontem esses papéis, depois de uma audiência com Sarney. E esse acordo, segundo ele, caminha a "passos largos". O presidente entende, segundo Sant'Anna, que terá como base a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) ao parágrafo 7º do Artigo 57, que dispõe sobre a soberania da Constituinte, estabelecendo sua competência para sobrepor atos do Executivo que impeçam seus trabalhos.

Na interpretação de Sant'Anna, o governo tem até sido "muito digno" no que diz respeito à Constituinte, só interferindo no caso da soberania: "Não se pode admitir uma intervenção brusca da continuidade de sua ação, com o perigo de uma desestabilização". Por isso, o líder do governo justifica sua ação como uma forma de levar a palavra de Sarney ao PMDB e reduzir as hostilidades. E, por fim, Sant'Anna desmentiu ontem que Sarney estaria de caneta em punho, como declarou José Lourenço, para cortar cargos do PMDB em caso de apoio negado.

O próprio líder José Lourenço, do PFL, preferiu não comentar o problema. Apenas sorriu e fez uma observação: "O presidente nunca me desmentiu".

## O motivo do governo e seus aliados para reabrir a Câmara:

É para evitar a "fama de preguiçosa" da Casa, dizem os líderes do PFL e do PDS, além do governo. Mas há outras razões.

Trabalhar para não ganhar a fama de preguiçosa, votar matérias de alta relevância e revogar decretos-leis, sobretudo o que criou os compulsórios. Estas são as principais razões levantadas pelos líderes José Lourenço, do PFL, Carlos Sant'Anna, da maioria e do governo, e Amaral Neto, do PDS, em favor do funcionamento da Câmara durante os trabalhos constituintes. Já o deputado Antônio Brito (RS), falando em nome do líder do PMDB, Luiz Henrique, disse que "quem defende o funcionamento normal da Câmara e do Senado está querendo dar um golpe contra a Constituinte".

O líder José Lourenço, ao ser informado da posição da liderança do PMDB, não se perturbou: "O livro que o Brito leu eu também já li. É este aqui (mostrando): O Assalto ao Parlamento, de Jan Kozak. Há no livro sobre a crise na Checoslováquia um capítulo muito oportuno — como conciliar a pressão das cúpulas com as pressões das bases, para a ação revolucionária do Parlamento". O livro está sobre a mesa do líder do PFL na Câmara e Constituinte, com vários trechos assinalados.

Apesar do tom belicoso das lideranças do PMDB e do PFL, ainda há clima para o entendimento. Antônio Brito, após contato telefônico com o líder Luiz Henrique — que está em Joinville — reafirmou que o PMDB continua disposto ao entendimento, "mas sem abrir mão de pontos essenciais". José Lourenço admite um eventual acordo, mas não deixou de desabaçar: "Se houver intransigência, vamos para o confronto no plenário, voto a voto. Até que não seria ruim", salientou.

**Matéria relevante**

Tentando conciliar os interesses em conflito na Aliança Democrática, o líder Carlos Sant'Anna afirma que o regimento da Câmara deve adotar um dispositivo que trate sobre matéria de relevância enquanto durarem os trabalhos constituintes. Assim, um projeto de lei, se não for enquadrado como relevante, ganharia apenas um número para poder tramitar após a promulgação da futura Carta Magna. Para as mensagens do Poder Executivo, o líder prega uma convocação extraordinária pela Mesa da Câmara para apreciação.

Sant'Anna garante que o presidente Sarney considera o assunto uma questão interna do Legislativo e já lhe disse pessoalmente isso. Com essa ressalva, assinala que opina apenas como constituinte e não como líder. Aliás, se a Câmara fechasse durante a Assembléia, Sant'Anna praticamente perderia a função para a qual foi indicado pelo presidente da República.

Perguntado sobre o enfraquecimento do presidente da Assembléia, da Câmara e do PMDB na questão, o líder da maioria discorda: "Ao contrário. No encontro com Sarney no Pericumã, na semana passada, Ulysses recebeu a incumbência de ser o grande coordenador dos entendimentos para uma tranquila votação do regimento da Assembléia". Além disso, conforme o líder, o presidente Sarney o incumbiu das tarefas de reforçar a unidade interna do PMDB e a aliança do partido com o PFL.

Insistindo na defesa do funcionamento



Sant'Anna, com Sarney, nem uma vírgula.

## MANDATO

### Pedido de Sarney: definam logo a questão.

O presidente José Sarney quer uma definição da Assembléia Nacional Constituinte quanto à duração de seu mandato, antes da próxima viagem que fará ao Exterior, prevista para fins de maio. O deputado federal Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — discordando frontalmente do ministro Marco Maciel, que defende e diz como certo e legal o mandato de seis anos para o presidente José Sarney — ressaltou ontem, no Recife, ser juridicamente viável a redução do mandato presidencial pela Assembléia Nacional Constituinte.

"Politicamente este já é um assunto definido pelo próprio Tancredo Neves, que assumiu o compromisso irrevogável de que o governo de transição seria de quatro anos", afirmou Maurílio, frisando que o momento oportuno para a fixação do tempo de duração do mandato de Sarney será na redação das "disposições transitórias" da Constituição. Este capítulo, o último a ser elaborado pelos constituintes, provavelmente no final do ano, permite alterações no texto constitucional vigente.

que o governo está caminhando a reboque dos acontecimentos, em vez de comandá-los.

Saulo Queiroz, diante da decisão de Sarney de colocar em discussão seu mandato, decidiu-se por um contra-golpe ante o PMDB. Se o projeto do regimento interno da Constituinte for aprovado, segundo o parecer do relator Fernando Henrique Cardoso, no dia seguinte ele começará a recolher assinaturas para um projeto de decisão fixando em seis anos o mandato do presidente José Sarney.

simultâneo da Câmara e do Senado, o deputado José Lourenço observou que a imprensa crítica muito o Legislativo quando constata pouco trabalho parlamentar, e agora, na Constituinte, já está dizendo que ficou semelhante a uma Câmara de Vereadores, por tratar de temas parciais. Assim, para separar as coisas, defende o trabalho da Câmara, que poderia ser feito das 19 às 21 ou até 22 horas.

"Nós podemos evitar as críticas trabalhando mais três, quatro horas por dia e, quem não agüentar, que fique em casa. Os que falam em soberania da Assembléia quando tocam no funcionamento da Câmara simplesmente não sabem o que estão dizendo e criam dificuldades que na realidade não existem", destaca o líder pelista, acrescentando que a Constituição está em vigor e estabelece o trabalho na Casa.

**Exemplo do Senado**

Além disso, recorda que o presidente do Senado, Humberto Lucena, optou pelo trabalho e, como é do PMDB e teve apoio do partido, deve ter seu exemplo seguido pelo presidente Ulysses Guimarães. Mostrando-se afinado com o líder da maioria, José Lourenço também não acha que Ulysses sairá perdendo na questão e, rindo, com a preocupação de exibir ironia, afirmou: "Nin-

guém perdeu, já que ele não concorreu à presidência do Senado. Continua como o triplice corado".

Voltando à carga, sempre em nome do líder peemedebista Luiz Henrique, Antônio Brito considera que ainda há outros problemas a serem resolvidos antes da questão do funcionamento regular do Congresso, como, por exemplo, definir no regimento da Constituinte medidas garantidoras dos trabalhos e das decisões da Assembléia. Como "mera hipótese", ele citou uma eventual decretação de medidas de emergência em Brasília, que poderiam impedir a normalidade dos trabalhos.

O senador João Paulo Bisol (PMDB-RS) aproveitou para atacar a decisão "pouco inteligente" do Senado de se antecipar ao regimento interno da Constituinte, na reforma do seu próprio regimento. "Foi uma precipitação, capaz de alimentar a hostilidade da Câmara em relação ao Senado", afirmou.

Bisol e Brito lembraram que no substitutivo Fernando Henrique Cardoso há "brechas" para realizar sessões da Câmara e do Senado não coincidentes com os trabalhos da Constituinte às segundas-feiras e sextas-feiras à tarde, ou todas as noites, se houver necessidade. "O que não é possível é defender o funcionamento diário, regular, da Câmara e do Senado, durante os trabalhos da

Constituinte. Não haveria salas, nem pessoal, nem clima político para isso", observou Antônio Brito.

O líder José Lourenço esclareceu, no entanto, que não está defendendo a realização de sessões diárias da Câmara e do Senado. "Mas não concordamos com a ideia de deixar o Legislativo inativo." Ele acha que poderia haver entendimento para duas ou três sessões por semana, para discussão e votação de matérias. "O pinga-fogo que se está criando na Constituinte deveria ser transferido para a Câmara e Senado", disse o líder liberal.

Apoiando o líder do PFL, o líder pedesta Amaral Neto lembrou que até hoje não foram lidos os decretos-leis que instituíram os empréstimos compulsórios, e que isso só ocorrerá com o funcionamento da Câmara e do Senado. Para ele, os decretos não fazem mais sentido "porque a inflação voltou, o congelamento acabou, a ciranda financeira ganhou nova força e o valor dos salários despencou". Irritado com a tese da Constituinte exclusiva, ontem ele apoiou proposta da deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ): ele quer que os senadores e deputados partidários daquela tese se comprometam, desde já, a renunciar a seus mandatos, logo após a promulgação da futura Constituição.

A forma sob a qual mais veio a ser conhecida a teoria dos direitos individuais é a proposta pelo liberalismo que prega o caráter negativo destes direitos, é dizer: O Estado os satisfaz por um abster-se, por um não atuar. Por exemplo, o direito à liberdade, à propriedade. Considera-se, também, como asseguradores de uma área de inibição da atuação estatal, o que vale dizer, uma forma de repartição de competências entre o Estado e o indivíduo. O primeiro é competente para tudo, salvo para inibir-se naquelas questões cuja decisão cabe soberanamente ao indivíduo. Finalmente, esta área de liberdade não é senão a reprodução no campo das leis de uma série de direitos que pré-existent à própria formação do Estado (jusnaturalismo).

É sabido que um rol de direitos individuais, com caráter meramente negativo, não foi suficiente para garantir a plena liberdade individual.

Em primeiro lugar, logo se constatou que há alguns direitos cuja satisfação integral pode-se dar desde que o Estado não a turbe. Por exemplo, a liberdade física. Todavia, ou-

ros direitos como o da igualdade não se satisfazem com a sua mera proclamação a título formal que se dá quando as Constituições, bombasticamente, alardeiam "todos são iguais perante a lei" o que leva a críticas irônicas: tanto o pobre como o rico são iguais para dormirem debaixo da ponte. É compreensível, pois, que se tenha procurado, já em uma época mais moderna, conferir um caráter substancial a certas liberdades, proporcionando-lhes não somente a garantia da Constituição mas também os meios para exercê-las.

Quem contudo desfechou um golpe à concepção liberal dos direitos individuais clássicos, tão profundo que acabou por desfigurá-los por completo, foi o marxismo. Para este, é a própria ideia da essência do que seja o indivíduo que é alterada. Para ele a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na verdade, é um conjunto de relações sociais. Para ele ainda, o homem não tem sendo uma essência social do que resulta que não pode bastar a si próprio e só consegue transformar-se em homem total, através de uma nova sociedade. É fácil entender-se que a partir daí o que resulta protegido é a soci-

NOVAS PERSPECTIVAS DOS DIREITOS HUMANOS  
Celso Bastos

dade e não o homem. Torna-se inteligível também que a criação das condições materiais possibilitadoras do livre "desabrochar" dos direitos individuais venha justificar a apropriação coletiva dos meios de produção e a gestão coletiva da economia.

Nada obstante partir de uma ideologia totalmente diversa, a crítica marxista teve, sem dúvida, o condão de repercutir nas for-

mulações clássicas, sobretudo em dois pontos: na insuficiência do igualitarismo meramente formal e no caráter muitas vezes platônico de certos direitos, quando não acompanhados de condições materiais necessárias à sua plena efetivação.

O mérito contudo do liberalismo clássico foi ter tido a suficiente flexibilidade para absorver estas críticas criando uma forma de trazer reparo às insuficiências sociais de molde a repetir as postulações extremadas do marxismo. E este caminho consistiu, sobretudo, na formulação de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, que vieram a enriquecer a enunciação clássica. Assim não há hoje Constituição que não dispense enorme importância aos deveres de prestação por parte do Estado, que nada mais são do que a contrapartida de direitos do indivíduo que não podem ser satisfeitos senão mediante uma prestação ou se se preferir, o fornecimento de um bem por parte do Estado.

Não há negar-se que tal caminho não trouxe solução para todos os problemas sociais, mas pelo menos amenizou tão acentuadamente as injustiças sociais que pode se

## Quem é afinal o pai do polêmico artigo? Sant'Anna nega.

"Não sou responsável por uma vírgula sequer do parágrafo 7º do artigo 57 do regimento da Constituinte", defendeu-se ontem o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. Ao sair de audiência com o presidente Sarney, Carlos Sant'Anna justificou que atuou na questão da soberania da Constituinte apenas como parte intermediária entre o grupo pró-soberania e o governo.

Ao defender-se de acusações segundo as quais teria sido ele um dos redatores do parágrafo 7º, que permitia aos constituintes modificar a Constituição atual, Sant'Anna afirmou: "Não sou responsável pelo fechamento nem pela reabertura dessas negociações. O acordo que intermediei fiz por palavras, nada escrevi". Segundo explicações do deputado, inicialmente ficou acertado que o preâmbulo do regimento conterá um ato declaratório da soberania.

Foi o deputado Néelson Jobim (PMDB-RS), segundo Carlos Sant'Anna, que durante a reunião para exame do texto do ato declaratório, argumentou que um simples ato não seria suficiente, levantando a necessidade de ser instrumentalizada essa decisão. Prevaleceu, então, de acordo com o líder da maioria, o entendimento de que era preciso um artigo para definir a soberania da Constituinte. Daí, o grupo pró-soberania pediu tempo para preparar um parágrafo 7º, apresentando-o em outra reunião, à tarde, lido em voz alta pelo senador Fernando Henrique Cardoso (líder do PMDB no Senado). Foram tiradas cópias, distribuídas entre os presentes, entre eles Carlos Sant'Anna.

"Se alguma falha houve de minha parte, foi não ter percebido a sutileza do parágrafo, porque não tenho treino para sutilezas de redação jurídica, para perceber de imediato que o que estava escrito não combinava com o acordo verbal", argumentou o deputado.

Na verdade, foi o próprio Néelson Jobim — 41 anos, advogado de Santa Maria-RS — quem escreveu o texto do parágrafo 7º, um texto bem diferente daquele apresentado pelo relator do projeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, com um acréscimo final, que alterou em muito o sentido original, do deputado Ulysses Guimarães.

Pelo texto de Jobim, "os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância à Assembléia, não compreendidas nas hipóteses anteriores, e necessitando de um sexto (94) dos constituintes, e serão submetidas a parecer da comissão de sistematização, cabendo a decisão final ao plenário, por maioria absoluta de seus membros".

Já o texto de Fernando Henrique e de Ulysses dizia que "os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoio de um terço (187) dos constituintes, e serão submetidas a parecer prévio da comissão de sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Apesar dos desmentidos de Carlos Sant'Anna, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), também do grupo Pró-soberania, reafirmou que partiu de Sant'Anna a iniciativa de negociação sobre a soberania e que ele chegou na reunião com o texto já escrito. Por isso, segundo Maurílio, o texto seria de Sant'Anna.

tranquilamente afirmar que as sociedades desenvolvidas do Ocidente estão muito mais próximas da criação de um homem livre, tanto formal quanto substancialmente, do que o suposto homem comunista, até hoje enleado em uma série de cercamentos de suas liberdades de reunião, locomoção, profissão, etc., em uma situação de insuficiência tamanha que já começa a produzir alguma reação, se bem que ainda muito tímida.

Contudo, o êxito até hoje conseguido pelo Ocidente não deve tirar o juízo ao legislador. O entusiasmo da comissão Afonso Arins em resolver pela outorga de direitos individuais todos os problemas humanos foi ao ponto de enunciar ao lado do direito à vida um curiosíssimo direito à "existência digna", que, se aprovado, vai dar muito o que falar. É preciso atentar para o fato de que a lei não tem poder mágico e há certos aspectos do mundo real que lhe escapam necessariamente das garras e dentre eles se inclui aqueles que forçosamente dependerão sempre de um esforço individual, como é o caso da dignidade, que não pode ser gratuitamente oferecida mas sim moralmente adquirida pelo cidadão.